

**IDENTIFICAÇÃO**

Nome: Rarissimas  
Morada: Rua das Açucenas, Lote 1, Loja Dta. 1300-003 Lisboa  
Cód. Postal: 1300-003 Lisboa      Localidade: Lisboa  
NIF: 506027244  
CAE: 94995

**TERMO DE ABERTURA**

Há de servir este livro de ATAS a:  
Rarissimas - Associação Nacional De Deficiências Mentais e Raras  
IPSS registada sob o número 06/2003, fls. 8 Verso e 9 do Livro nº2 das Instituições Com Fins de Saúde, de 2002.07.08  
matriculada na Conservatória do Registo Comercial de  
sob o nº 506027244.

Este termo vai ser assinado pelo responsável.

A Direção,

\_\_\_\_\_

Leva no fim o Termo de Encerramento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.



## ATA NÚMERO CINQUENTA E NOVE

No dia dezassete de janeiro, após o decurso das 18 horas e trinta minutos, em segunda convocatória, reuniram-se, no auditório da Casa dos Marcos, os associados da Raríssimas- Associação Nacional de Deficiências Mentais e Doenças Raras, por a respectiva sede não reunir condições adequadas à realização da assembleia geral extraordinária, conforme convocatória regularmente publicada e enviada, com a seguinte ordem de trabalhos:-

-----  
**«Ponto Um: Exposição da Comissão Provisória de Gestão-Balanco do mandato; -----**

**Ponto Dois: Situação económica e financeira da instituição. Historial e actualidade;** Anexo: Balancete à data de 30 de setembro de 2023-----**Ponto Três: Eleição dos órgãos sociais** - Mesa de Assembleia Geral, Direção e Conselho Fiscal - para o quadriénio dois mil e vinte e quatro / dois mil e vinte e sete (2024/2027). -

-----  
(Nota: Só o ponto três será objecto de votação)». -

-----  
A associada e membro da Comissão Provisória de Gestão, Maria do Céu Pinto Ganhão (1546), doravante Maria do Céu Ganhão, tomou a palavra e informou que seria a porta-voz deste órgão e, depois de cumprimentar os presentes, solicitou a três associados que se voluntariassem para constituir a mesa da assembleia geral. Apresentaram-se os associados nº1482, João Carlos Ferreira Martins Franco do Carmo, abreviadamente, João Franco do Carmo, para Presidente, a associada nº 1457, Graça Maria de Almeida Monteiro Pires Cleto, doravante, Graça Cleto, para vice-presidente da mesa, e a associada nº1502, Carla Maria de Jesus Costa

Folha 

3
---

Nº do Livro 

6
---

Cambotas, de ora em diante, Carla Cambotas, para secretariar a mesa da assembleia. A constituição da mesa foi aprovada, por unanimidade pelos associados presentes, não se tendo, portanto, registado qualquer voto contra.-----

Foi apresentada à mesa a listagem de associados presentes e identificados os que se fizeram representar por procurações, tendo estas e os respectivos documentos anexos sido conferidos pela mesa e respectivo presidente, e foram arquivados em pasta própria.-----

O Presidente da mesa, João Franco do Carmo, começou por cumprimentar os associados e indicou estarem presentes vinte e oito associados, dos quais cinco associados representavam idêntico número de associados. Procedeu à leitura da convocatória e, seguidamente, deu a palavra à Comissão Provisória de Gestão, cujos actuais membros, Fernando Barros Ferreira Alves (912), Maria do Céu Ganhão (1546), Carla Maria Lavrador Ferreira Borges (1357) (doravante Carla Borges) e Luís Miguel Mateus Gonçalves (1338), se encontravam presentes, tendo Maria do Céu Ganhão, na supra referida qualidade de porta-voz da Comissão Provisória de Gestão, feito uma exposição sobre o ponto um: a Comissão iniciou funções a 31 de julho de 2022, com sete elementos, dos quais cinco efectivos e dois suplentes e, em janeiro de 2023, a Comissão ficou reduzida a quatro elementos efectivos e um suplente. Após a tomada de posse, tiveram dificuldades em assumir a gestão da associação, atenta a inexistência de documentação bastante, mas com a contribuição e esforço de todos, quer membros da Comissão efetivos, quer dos suplentes, e ainda do associado nº 1437, Pedro Ferreira Borges (com delegação de poderes) e dos trabalhadores, foram sendo ultrapassados os obstáculos. Salientou, desde logo, um passivo à Segurança Social de cerca de 96 mil euros, cuja existência comprometia o pagamento do Fundo de Socorro Social, pedido em junho de 2022, o qual, também, não estava devidamente instruído. A par disso, tiveram de ser resolvidas diversas dúvidas, relativas ao Fundo de Socorro Social anteriormente atribuído em 2021 e que não haviam sido esclarecidas.-----Desde 31 de julho de 2022 até outubro de 2022, considerando que agosto coincidiu com as férias, conseguiu-se, além do exposto, esclarecer as dúvidas existentes,

*Handwritten signature*

Folha 

4
---

Nº do livro 

6
---

relativamente aos exercícios de 2017 e 2018, e clarificar as questões, em termos contabilísticos, a pedido da Segurança Social. -

---

---Conseguiu-se instruir o Fundo de Socorro Social, solicitado em junho de 2022 e obter o pagamento do mesmo. No entanto, para liquidação do subsídio de Natal, ainda dentro do prazo legal, foi necessário contrair um empréstimo de curto prazo, garantido por livrança, depois integralmente liquidada. Esta necessidade, derivou do hiato temporal, entre a apresentação e aprovação de documentos e comprovativos solicitados à Segurança Social e a data em que é efectuado o pagamento pelo IGFSS. Infelizmente, os apelos para que o FSS fosse disponibilizado, logo que aprovado, não surtiram efeito. Esta situação causou natural desagrado aos trabalhadores, tendo bastantes rescindido o contrato, o que novamente sucedeu em 2023. Mas salienta-se a compreensão da maioria dos trabalhadores, os quais reconheceram os esforços feitos pela Comissão Provisória de Gestão-----.

---Foi nestas “águas turbulentas” que se conseguiu navegar, sendo ainda possível contratar um auditor/Revisor Oficial de Contas e iniciar a realização auditorias aos exercícios dos anos de 2020, 2021 e 2022, o que permitiria clarificar a situação financeira junto da tutela e de possíveis mecenas. Sem as auditorias e aprovação dos exercícios, além do que sucedeu em 2017, não era possível haver credibilidade. Graças ao esforço da Comissão Provisória de Gestão, dos trabalhadores do departamento financeiro, dos outros departamentos envolvidos, nomeadamente do aprovisionamento, recursos humanos, demais trabalhadores e das entidades externas, incluindo o contabilista e Revisor Oficial de Contas, foi possível efectuar as auditorias e ultrapassar, inclusive, em janeiro de 2023, um grave ataque informático, que paralisou a instituição, acto malicioso, inesperado e que tornou necessário realizar uma série de diligências urgentes para retomar as actividades, designadamente, contratar uma empresa que efectuasse a reparação e administração do sistema informático, com padrões de segurança e conformidade.-  
-----Até ter sido possível repor a normalidade do funcionamento (sem prejuízo da continuação da recuperação dos dados perdidos) não foi

*W*  
*Ca*

Folha 

5
---

Nº do livro 

6
---

possível receber verbas de utentes, pagar a fornecedores, mobilizar contas, entre outros itens, o que causou um grande transtorno à gestão), sendo indispensável apurar responsabilidades pelos danos causados, sobretudo aos utentes, tendo sido feita uma queixa-crime, estando o caso sob investigação e que se espera se consiga identificar os responsáveis. Este ataque, também causou um atraso, substancial, na auditoria às contas dos exercícios de 2020, 2021 e 2022, e respectiva aprovação, o que só foi possível terminar em dezembro de 2023, quando se projectava, antes do ataque, tal suceder em março de 2023. Sem as contas auditadas e aprovadas, a instituição não se podia candidatar a projectos, subsídios, concursos, etc. Sendo que o atraso inviabilizou tais candidaturas e consequentes obtenções de fundos.-

---

--- Como referido, houve necessidade de fazer uma reestruturação dos serviços informáticos, os quais estão desde janeiro de 2023, finalmente, sob responsabilidade de uma empresa certificada, com trabalhadores qualificados e a cumprir as normas legais. -----

Foram cessados contratos de trabalho e de prestação de serviços de colaboradores que não tinham competências para as funções que foram contratados e que haviam sido erroneamente contratados a partir de abril de 2021. -----

---No último trimestre de 2022, foram encetados contactos com a tutela, com a Santa Casa da Misericórdia e outras entidades, por forma a retomar a credibilidade da instituição. -----

---Começaram a ser visíveis algumas alterações positivas para os utentes, sobretudo através de passeios, programas lúdicos no exterior, entre outros. No entanto, a escassez de dinheiro é um constrangimento, o qual não permite realizar muitos mais programas e actividades.-

-----Como é sabido, a Segurança Social tem contribuído economicamente, mas não em montante suficiente, pois esta instituição necessita de um plano de reestruturação e viabilização, além de precisar de angariar novas fontes de rendimento.-

---

----É importante, no futuro, e já neste ano civil, fazer um esforço na formação dos trabalhadores, uma aposta nos recursos humanos.-

-----Em relação ao **ponto dois** (Situação económica e financeira da instituição. Historial e actualidade), Maria do Céu Ganhão referiu que, quase todas, as IPSS têm dificuldades económicas. Algumas têm receitas de património; outras, não tendo, são apoiadas, por mecenas, tal como a Raríssimas no seu início. Como é sabido, o escândalo, ocorrido a partir de dezembro de 2017, fez cessar os contributos financeiros, sendo que a partir daí o caminho foi muito penoso.

-----  
---A Santa Casa da Misericórdia, em 2018, até início de 2021, atribuiu os fundos necessários e a instituição conseguiu sobreviver. A partir do momento que deixou de apoiar, em 2021, a situação financeira piorou e só com os pedidos de Fundos de Socorro Social é que se tem conseguido sobreviver.

-----De acordo com o balancete de setembro de 2023, regista-se um EBITDA positivo de cento e quarenta e oito mil euros, o que permite esperar que o ano de 2023 seja bastante melhor que o ano de 2022, em que, na totalidade do ano, tivemos um EBITDA de negativo de duzentos e oitenta e quatro mil euros, mas o custo com despesas financeiras, fruto do elevado endividamento da instituição, que em setembro de 2023 já atingia os trinta e nove mil euros, face a um total de vinte e seis mil euros. na totalidade do ano de 2022. Assim, em setembro de 2023, regista-se um prejuízo de setenta e cinco mil euros, contra um prejuízo na totalidade do ano de 2022, de quatrocentos e setenta e sete mil euros.-

-----Não obstante, os problemas financeiros mantêm-se, pois a dívida bancária passou de um milhão e quarenta e três mil euros (31/12/2022) para um milhão, cento e sessenta e dois mil euros (30/9/2023), se bem que este aumento do passivo bancário tenha sido compensado por uma redução do valor das dívidas à Autoridade Tributária e à Segurança Social, que passaram de cento e trinta e nove mil euros (31/12/2022) para oitenta e três mil euros.-

-----A Raríssimas continua sem liquidez para fazer face aos seus compromissos financeiros, o que obriga a tentar contrair

Folha 

7
---

Nº do livro 

6
---

dívida remunerada (cujo custo, como é sabido, aumentou ao longo de 2023), tendo que se considerar uma recomposição dos capitais próprios, através de entradas de fundos dos mecenas/outros doadores, de forma a diminuir drasticamente o endividamento bancário e a recompor a tesouraria. Quanto ao orçamento para 2024, é de referir os aumentos de custos por via da inflação e do aumento do salário mínimo nacional que vão ter um impacto forte na tesouraria da instituição.

-----  
---Em 2024, estima-se que os consumos de matérias-primas e mercadorias vão atingir os duzentos e seis mil euros, em comparação com cento e quarenta e três mil euros, registados até 30/9/2023.-

-----Os fornecimentos e serviços externos, prevê-se que vão atingir os seiscentos e cinquenta um mil euros, face a quatrocentos e oitenta e três mil euros, registados a 30/09/2023;-

-----As despesas com o pessoal estimam-se que ascendam a um milhão e oitocentos e sessenta e dois mil euros, face a um milhão, trezentos e vinte e cinco mil euros, registados até 30/9/2023. Esta é a rubrica com maior aumento de custos. Nesta instituição, a principal fonte de despesa está relacionada com os recursos humanos, cujo peso no orçamento é muito relevante. Saliente-se, quanto aos recursos humanos, no final do ano de 2023 foram reclamadas actualizações e reclassificações pelos trabalhadores, relativas aos anos 2016, 2017 e seguintes (algo que não era do conhecimento da Comissão, havendo, pois, um passivo oculto, cuja dimensão está a ser apurada). Por outro lado, o Estado devia conceder fundos adicionais para enfrentar os diferentes aumentos, acompanhando assim a inflação e os aumentos salariais, algo que não aconteceu completamente, porquanto as IPSS desempenham um papel de apoio social que ao Estado caberia desempenhar e, não o fazendo, deveria pagar integralmente os custos suportados.-----As prestações de serviços vão atingir os trezentos e cinquenta e cinco mil euros, comparativamente aos trezentos e cinco mil euros, verificados até 30/9/2023 e os subsídios vão atingir os dois milhões e sessenta e cinco mil euros, face a um milhão, setecentos e quarenta e quatro mil euros, inscritos em 30/9/2023. Verifica-se uma diminuição de proveitos, face a 2023. Assim, infelizmente o EBITDA previsto volta a ser negativo: trezentos e três mil euros (versus um valor positivo de cento e quarenta e

Folha 

8
---

  
Nº do livro 

6
---

oito mil euros, inscritos até 30/9/2023.-----

--Imperioso, pois, obter fontes de rendimento que compensem a quebra dos subsídios recebidos, pois não é possível comprimir mais os custos. O fundo de socorro social, embora constitua uma ajuda, não chega para colmatar o défice. A pandemia Covid, os confinamentos e a guerra da Ucrânia provocaram uma ininterrupta e agravada crise económica e inflação galopante, com aumento dos custos da alimentação e dos gastos com os diferentes sectores, incluindo os recursos humanos, o que não foi totalmente contemplado nos pagamentos pelo Estado.-----

---Maria do Céu Ganhão referiu ainda, em conclusão, ser necessário obter fontes de rendimento alternativos, que compensem a parte não paga pelo Estado e que é importante continuar a persistir pela ajuda de mecenato e outras formas de obtenção de fundos, sob pena de não haver viabilidade para a instituição.-----

---Referiu ainda que foi um orgulho trabalhar para estes utentes, merecedores de todo o apoio. Agradeceu, em nome da Comissão, a ajuda prestada por colaboradores, associados e voluntários.----- Finda a intervenção, o Presidente da mesa, João Franco do Carmo, referiu que se passaria para o **ponto três da ordem de trabalhos: Eleição dos órgãos sociais** - Mesa de Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal - para o quadriénio dois mil e vinte e quatro/ dois mil e vinte e sete (2024/2027)). Assim, informou os presentes que foi apresentada, à mesa, pelo associado Sr. Fernando Barros Ferreira Alves, nos termos estatutários, uma lista completa aos órgãos sociais, cujos documentos instrutórios ficam anexados em pasta própria. Questionou os associados sobre se havia mais candidaturas aos órgãos sociais e, não existindo, passou a apresentar os membros constantes da única lista proposta, a lista A.-



-----  
---Para a mesa da assembleia geral, o Presidente é o associado João Franco do Carmo (nº1482), Vice-Presidente a associada nº 1376 Helena Maria Ferreira Cantante e para Secretário, o associado nº1460, Abílio Pacheco das Neves. -----



Para a Direção da associação, o Presidente proposto é o associado Fernando Barros Ferreira Alves (associado 912), Vice-Presidente, o associado nº 162, António Claudino Silva, Tesoureira, a associada nº 1135 Ana Cristina Alves Pinto, Secretária, a associada nº 1389, Maria de Fátima Pereira, Vogal, a associada nº 1004, Rosália Alves Cabrita dos Santos, e como Suplentes os associados nº 1502, Carla Maria de Jesus Costa Cambotas e nº 1.504, Fernando Sousa Antunes.-----Para o Conselho Fiscal: Presidente: Associada nº 1377, Paula Isabel Vaz Cano Batista Paul Vice-presidente: associada nº 1446, Carla Alexandra da Rocha Ferreira e como vogal, a associada nº 1149 Isabel Maria Vasconcelos Fins do Lago. Foi declarada aberta a votação, a qual se processou por votação secreta, com votos depositados em urna e decorreu de forma ordeira. Dos vinte e oito associados presentes, quatro ausentaram-se, sem votar. Permaneceram na assembleia vinte e quatro associados, dos quais cinco associados representavam outros tantos, por procuração, havendo, assim, vinte e nove votantes. Aberta a urna, foi feita a contagem dos votos, da qual resultou:

-----  
---Lista A e única - vinte e cinco votos a favor; votos em branco: quatro.  
-----Foram eleitos os membros da lista A, acima identificados. Não tendo havido apresentação de lista ou candidaturas alternativas, o presidente da mesa da assembleia geral, associado João Franco do Carmo declarou encerrada a assembleia, pelas dezanove horas e cinquenta minutos, depois de agradecer a comparência dos presentes e de desejar os maiores êxitos que, em prol da missão da Raríssimas, se logrem conquistar com o esforço e cooperação de todos.-----Foi lavrada a presente acta, a qual foi considerada conforme e , por tal, assinada pelos membros da mesa:-

-----  
O Presidente da mesa (1482), João Carlos Ferreira Martins Franco do Carmo:

  
-----  
(U) Rarissimas " Fernando Sousa Antunes " 

Folha 

10
----

  
Nº do livro 

6
---

A Vice-Presidente (1457), Graça Maria de Almeida Monteiro Pires Cleto:

Graça Maria Monteiro Cleto

A secretária: Carla Maria de Jesus Costa Cambotas (1502):



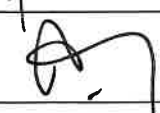
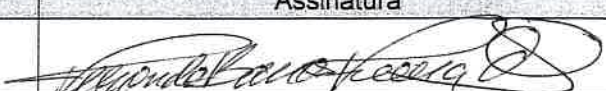
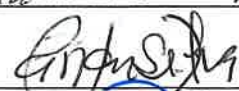

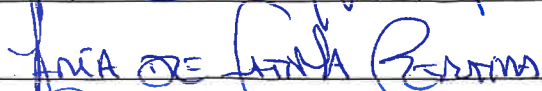
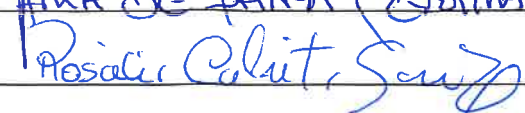
Carla Maria de Jesus Costa Cambotas

### ACTA NÚMERO SESENTA

-----Aos dezanove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas, realizou-se presencialmente e por videoconferência a Tomada de Posse dos Órgãos Sociais eleitos para o exercício de funções no quadriénio de 2024/2027 da RARÍSSIMAS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFICIÊNCIAS MENTAIS E DOENÇAS RARAS, NIPC: 506 027 244. A posse foi conferida pelos membros da Comissão Provisória de Gestão, Fernando Barros Ferreira Alves, Maria do Céu Pinto Ganhão e Carla Maria Lavrador Ferreira Borges, ao novo Presidente da mesa da assembleia Geral, associado João Carlos Ferreira Martins Franco do Carmo, o qual depois investiu na posse os demais membros dos órgãos sociais, todos eleitos na assembleia geral extraordinária de 17 de janeiro de 2024 (acta número cinquenta e nove), os quais, com a aposição da sua assinatura, declaram por sua honra, aceitar o desempenho das funções para as quais foram eleitos, no respeito da Constituição, das Leis e dos Estatutos e demais regulamentação aplicável que juram exercer com zelo e lealdade.-----

#### Termo de tomada de posse:

##### Mesa da Assembleia Geral

Cargo	Nome	Assinatura
Presidente	João Carlos Ferreira Martins Franco do Carmo (1482)	
Vice-Presidente	Helena Maria Ferreira Cantante (1376)	
Secretário	Abílio Pacheco das Neves (1460)	
<b>Direção</b>		
Cargo	Nome	Assinatura
Presidente	Fernando Barros Ferreira Alves (912)	
Vice-Presidente	António Claudino Silva (762)	
Tesoureira	Ana Cristina Alves Pinto (1135)	
Secretária	Maria de Fátima Pereira (1389)	
Vogal	Rosália Alves Cabrita dos Santos (1004)	

Suplente	Carla Maria de Jesus Costa Cambotas (1502)	Carla Cambotas
Suplente	Fernando <del>Sousa</del> Antunes (1504)	Fernando Antunes

Conselho Fiscal		
Cargo	Nome	Assinatura
Presidente	Paula Isabel Vaz Cano Batista Madeira Paulino (1377)	Paula Paulino
Vice-Presidente	Carla Alexandra da Rocha Ferreira (1446)	Carla Ferreira
Vogal	Isabel Maria Vasconcelos Fins do Lago (1149)	Fins do Lago

Após as assinaturas supra que legitimam esta tomada de posse, foi encerrado este acto solene pelas dezoito horas e trinta minutos do mesmo dia, do qual se lavrou o presente auto, que vai ser assinado pelos membros da Mesa da Assembleia Geral eleitos:-----

Moita e na Casa dos Marcos, a 19 de fevereiro de 2024

O Presidente: \_\_\_\_\_

A Vice-Presidente: \_\_\_\_\_

O Secretário: \_\_\_\_\_

(1) Receber; Fernando "Coutinho" Antunes

O Presidente de AG

Fernando